CNPJ/MF Nº 15.139.629/0001-94
COMPANHIA ABERTA

NIRE 29.3.0000381-6
RG.CVM 1.452-4

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA,
REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2018**

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos 26 de janeiro de 2018, às 11:00 horas, na sede social da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (“Companhia”), localizada na Avenida Edgard Santos, nº 300, Nandiba, Município de Salvador, Estado da Bahia.

2 - CONVOCAÇÃO: Edital de Convocação publicado, consoante o art. 124 da Lei nº 6.404/76 (“LSA”), nas edições do jornal “Diário Oficial do Estado da Bahia” nos dias 11, 12 e 13 de janeiro de 2018 e no Jornal “Valor Econômico” nos dias 11, 12 e 15 de janeiro de 2018.

3 - PRESENÇA: A assembleia foi instalada em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, aproximadamente, 94,91% (noventa e quatro inteiros e noventa e um centésimos por cento) do capital votante da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas na Lista de Registro de Presença de Acionistas da Companhia, tendo sido verificado, portanto, o quórum legal para instalação da presente assembleia.

4 - MESA: Presidente: Thays Barbosa Raposo; Secretária: Marcela Castelo Branco Veras dos Santos, escolhidas na forma prevista no Artigo 11, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia.

5 - ORDEM DO DIA: Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** aumento do capital autorizado da Companhia em R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), passando de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais) para R\$ 2.200.000.000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de reais); **(ii)** aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 882.166.634,32 (oitocentos e oitenta e dois milhões, cento e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos), com possibilidade de homologação parcial, podendo ser integralizado em moeda corrente nacional ou com créditos detidos pelos acionistas contra a Companhia relativos a adiantamentos para futuro aumento de capital, nos termos da proposta da administração apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual se encontra arquivada na sede da Companhia e foi divulgada ao mercado no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 17 de janeiro de 2018; e **(iii)** alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir o aumento do capital autorizado, bem como os aumentos de capital da Companhia realizados anteriormente dentro de tal limite e sem alteração do Estatuto Social da Companhia.

6 - DELIBERAÇÕES: Preliminarmente, foi autorizada, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes, a lavratura desta ata em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 130 da Lei das S.A.

Em seguida, passou-se ao exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, tendo sido tomadas as seguintes deliberações pelos acionistas presentes:

- (i) aprovar, por unanimidade, sem ressalvas, o aumento do capital social autorizado da Companhia em R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), passando de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais) para R\$ 2.200.000.000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de reais);
- (ii) aprovar, por unanimidade, sem ressalvas, o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 882.166.634,32 (oitocentos e oitenta e dois milhões, cento e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos), com possibilidade de homologação parcial, mediante a emissão privada de 30.335.854 (trinta milhões, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro) novas ações, divididas em: (i) 17.620.303 (dezessete milhões, seiscentas e vinte mil, trezentas e três) ações ordinárias, (ii) 3.152.203 (três milhões, cento e cinquenta e duas mil, duzentas e três) ações preferenciais Classe A; e, (iii) 9.563.348 (nove milhões, quinhentas e sessenta e três mil, trezentas e quarenta e oito) ações preferenciais Classe B, todas nominativas, na forma escritural e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 29,08 (vinte e nove reais, e oito centavos) por ação, fixado com base no artigo 170, §1º, item I, da Lei das S.A, passando o capital social da Companhia, caso ocorra a subscrição da totalidade das ações a serem emitidas, de R\$ 1.299.047.818,23 (um bilhão, duzentos e noventa e nove milhões, quarenta e sete mil, oitocentos e dezoito reais, e vinte e três centavos) para R\$ 2.181.214.452,55 (dois bilhões, cento e oitenta e um milhões, duzentos e catorze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais, e cinquenta e cinco centavos) e a ser composto por 136.118.227 (cento e trinta e seis milhões, cento e dezoito mil, duzentas e vinte e sete) ações ordinárias, 24.351.017 (vinte e quatro milhões, trezentas e cinquenta e uma mil e dezessete) ações preferenciais Classe A e 73.877.622 (setenta e três milhões, oitocentas e setenta e sete mil e seiscentas e vinte e duas) ações preferenciais Classe B, todas nominativas, na forma escritural e sem valor nominal. Nos termos do Parágrafo Quarto do Artigo 171 da LSA, os acionistas da Companhia terão o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência, conforme procedimento detalhado em Aviso aos Acionistas a ser publicado pela Companhia. As ações deverão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ou mediante créditos de adiantamento para futuro aumento de capital detidos pelos acionistas contra a Companhia. Caso não haja subscrição da totalidade das ações do aumento de capital, após o término do prazo para o exercício do direito de preferência, o Conselho de Administração da Companhia poderá homologar parcialmente o aumento de capital, desde que o montante subscrito atinja o mínimo de R\$ 849.999.995,88 (oitocentos e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos), valor esse relativo aos adiantamentos para futuro aumento de capital, cujos respectivos créditos a acionista Neoenergia S.A. já se comprometeu a utilizar para integralização do aumento ora aprovado. Quando da homologação do aumento de capital pelo Conselho de Administração, este deverá indicar o novo valor do capital social integralizado da Companhia e a quantidade de ações em que ele passará a ser dividido, pendente a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia pela Assembleia Geral, o qual deverá ser oportunamente atualizado para refletir tais novos valor e quantidades. Tendo em vista a possibilidade de homologação parcial do aumento de capital e buscando assegurar que os acionistas que desejem subscrever parte do aumento possam, no momento do exercício do direito de subscrição, condicionar sua decisão de investimento às condições finais do aumento de capital, cada acionista poderá, no ato da subscrição, condicionar a subscrição do aumento de capital que lhe cabe: (i) a que haja a subscrição do valor máximo do aumento de capital; (ii) a que haja a subscrição de um determinado valor mínimo de

aumento de capital, desde que tal valor mínimo não seja inferior ao valor de subscrição mínimo de R\$ 849.999.995,88 (oitocentos e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos); (iii) a receber a totalidade das ações subscritas; ou (iv) a receber apenas ações em número mínimo necessário para manter suas respectivas participações no capital social da Companhia. Em vista da presente aprovação, as ações negociadas até o dia 26 de janeiro de 2018 serão consideradas elegíveis para o exercício legal do direito de preferência, enquanto as ações negociadas a partir do dia 29 de janeiro de 2018 não serão consideradas elegíveis para o exercício do direito de preferência (i.e., serão negociadas "ex direito de preferência"). A Diretoria da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos que se façam necessários à implementação do aumento de capital ora aprovado; e

- (iii)** aprovar, por unanimidade, sem ressalvas, a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir o aumento do capital autorizado, bem como os aumentos de capital da Companhia realizados anteriormente dentro de tal limite e sem alteração do Estatuto Social da Companhia, passando o referido Artigo vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º - O capital social autorizado é de R\$ 2.200.000.000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de reais) e o capital integralizado é de R\$ 1.299.047.818,23 (um bilhão, duzentos e noventa e nove milhões, quarenta e sete mil, oitocentos e dezoito reais, e vinte e três centavos), representado por 204.011.012 ações nominativas, divididas em 118.497.924 ações ordinárias, 21.198.814 ações preferenciais Classe A e 64.314.274 ações preferenciais Classe B, todas sem valor nominal."

7 - ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada e depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas presentes da Companhia.

Salvador/BA, 26 de janeiro de 2018.

MESA:

Thays Barbosa Raposo
Presidente

Marcela Castelo Branco Veras dos Santos
Secretária

ACIONISTAS PRESENTES:

Neoenergia S.A. - p.p. Thays Barbosa Raposo